

Economia.

**BR Distribuidora
abre vagas para
estagiários**
Pág. 32

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

DUPLICAÇÃO DA BR 262

MINISTRA INSISTE EM

DEIXAR FALHAS NO EDITAL

Mudança no leilão é descartada, mas pedágio será reavaliado

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

Dura nas negociações, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT-PR), descartou retirar o trecho capixaba do leilão de concessão da BR 262 marcado para setembro. Em reunião ontem com a bancada federal do Espírito Santo, porém, ela se comprometeu a apresentar aos parlamentares, na próxima semana, um novo estudo técnico sobre a possibilidade de reduzir o valor do pedágio das duas praças do Estado, que soma R\$ 18,70.

As falhas no edital foram apontadas por técnicos e relatadas com exclusividade por A GAZETA há duas semanas e ameaçam deixar as obras mais lentas.

Sem adiantar contrapostas, Gleisi reclamou da insistência em questionar um modelo já apresentado em consultas públicas e ao governador Renato Casagrande (PSB). Para ela, mudanças no pedágio são difíceis pois o edital da obra já está em andamento.

“Vocês têm de entender que nós lançamos assim [o edital] para o Tribunal de Contas da União (TCU). Se mexermos, vai acabar atrasando e nós vamos ter problemas com isto. Eu não te-



A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, participou de uma tensa reunião com a bancada capixaba

no como suspender agora [o pedágio], não posso me comprometer. Vamos fazer o cálculo e depois voltamos a conversar”, assinalou.

Gleisi recebeu da deputada Rose de Freitas (PMDB) um documento assinado pelos 13 parlamentares propondo a cobrança do pedágio só após a conclusão da duplicação dos 180 km no Estado – onde a tarifa será cobrada de imediato após a duplicação de 10% dos 377 km até João Monlevade (MG), mesmo sendo a obra no Espírito Santo toda com 100% de recur-

sos públicos federais pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A bancada quer a obra feita pelo Dnit e, ao final, se o governo quiser, que abra concessão para manutenção, conserva e primeiros socorros. Na verdade, o Planalto enxerga o trecho ES/MG como um só linha. “O que eu estou querendo ver se tem jeito é calcular, ver o que significa este valor até 2017. Temos de fazer a conta na ponta do lápis. Se for um valor palatável, quem sabe será possível?”, argumentou a ministra.

Ela admitiu “com clareza” a existência de subsídio cruzado para viabilizar a redução do pedágio no trecho mineiro às custas do usuário no percurso capixaba, critica o senador Ricardo Ferraço (PMDB).

“É uma penalização perversa. Relembrei a Gleisi a luta de anos para incluir a BR 262 no PAC. Foi uma conversa dura e difícil, mas de resultado ainda imprevisível”, diz o senador. Citando investimentos portuários e ferroviários que o Estado receberá, a chefe da Casa Civil manteve-se inflexível, apesar de Rose e

PAULO H. CARVALHO/CASA CIVIL-PR

OS PROBLEMAS

Taxa

Especialistas relataram que uma das falhas foi a mudança da taxa de interna de retorno (TIR), considerada baixa pelos empresários. Na audiência pública realizada em Minas e em Vitória, foi apresentada taxa de 5%, que depois foi elevada para 7,2%. Só que a população não foi informada sobre a mudança.

Cortes

Para manter a tarifa do pedágio abaixo de R\$ 10, foram cortados investimentos, o que poderá deixar obras mais lentas. Foram eliminadas as obras previstas de ruas laterais e vias marginais nos entroncamentos com rodovias estaduais, e a construção de quatro passarelas e interseções.

Subsídio cruzado

Outro erro apontado é o subsídio cruzado. A duplicação no Estado será feita pelo Dnit com recursos do governo, e o usuário do trecho capixaba pagará o pedágio remunerando a concessionária por investimento que ela não fará.

Clima quente: Gleisi se exalta com críticas

▄ Irritada e exaltada, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, chegou a levantar-se da cadeira ao receber críticas do deputado opositor César Colnago sobre a promessa,

ainda não cumprida pelo governo federal, de compensar o Espírito Santo com indústrias e obras de infraestrutura pela imploração do ICMS/Fundap.

Colnago somou aos

problemas a retirada de uma agência de mineração do Estado na nova regulamentação do setor enviada pelo Executivo ao Congresso. “Somos exportadores de tributos fede-

rais e não temos o retorno necessário”, disse ele.

“Não é verdade. Recebi nesta sala o governador e o setor de rochas do Estado e encaminhei para o Código todas as sugestões

oferecidas. Vocês não podem reclamar da formulação”, retrucou Gleisi.

“Não tem governo que goste de antipatia de povo, e já somos tachados de lenientes”, justificou Gleisi sobre a decisão de não alterar o edital da BR 262. A ministra, todavia, vai reavaliar a

cobrança de pedágio em áreas semiurbanas para trânsito local numa mesma cidade ou distritos, ressaltou Colnago.

Uma das alternativas da bancada seria ao menos a suspensão do pedágio até a conclusão das obras no trecho de serras no Estado.